

O APOIO ORÇAMENTAL

E M C A B O V E R D E



União Europeia - Cabo Verde



REDUÇÃO DA POBREZA



GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS



DIÁLOGO POLÍTICO



PARCERIA ESPECIAL



BOA GOVERNAÇÃO



SEGURANÇA E ESTABILIDADE



INTEGRAÇÃO REGIONAL



CONVERGÊNCIA TÉCNICA E NORMATIVA



LUTA CONTRA A POBREZA



PROJETO SYDONIA WORLD



APOIO AO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL



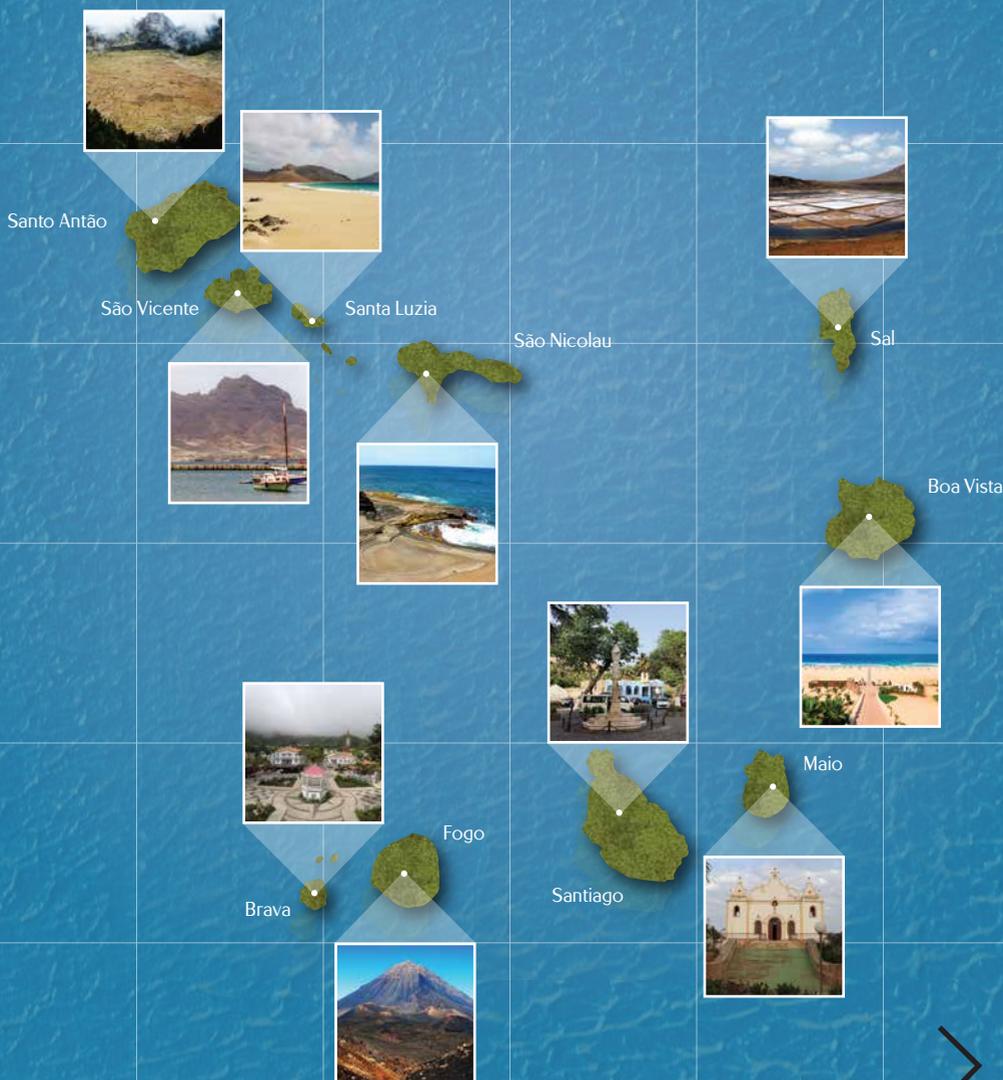
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO



União Europeia - Cabo Verde

"Cabo Verde é um caso de sucesso entre os países em desenvolvimento. Apesar da sua exiguidade de recursos naturais, alcançou o estatuto de país de rendimento médio e demonstra uma democracia estável, sendo um exemplo em matéria de Boa Governação"

J.M. Pinto Teixeira, Embaixador da UE em Cabo Verde,
reunião de encerramento GAO, Julho de 2016



COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA (UE) E CABO VERDE

A Cooperação entre a UE e Cabo Verde começou pela tradicional ajuda pública ao desenvolvimento, em 1975, e concentrou-se até aos anos 90 nos setores prioritários da segurança alimentar e da saúde, considerados essenciais para os desafios que o país enfrentava naquela altura.

Em 2008, devido aos progressos verificados em várias áreas de desenvolvimento, Cabo Verde atingiu o estatuto de país de rendimento médio, demonstrando altos índices de governação, democracia e promoção dos direitos humanos. O apoio da União Europeia tem-se adaptado no sentido de melhor poder apoiar o país, numa relação de cooperação inovadora a vários níveis. Cabo Verde reúne as condições necessárias para ser apoiado nas suas metas políticas e estratégias de desenvolvimento de forma direta através do Apoio Orçamental.

O QUE É O APOIO ORÇAMENTAL (AO)?

O Apoio Orçamental é um instrumento de financiamento utilizado frequentemente em países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), Ásia e América Latina, com o objetivo principal de fomentar o seu desenvolvimento e combater a pobreza. Esta modalidade de ajuda é considerada a mais inovadora e moderna que existe. Hoje em dia, o Apoio Orçamental mundial representa cerca de um quarto da ajuda ao desenvolvimento concedida pela União Europeia. Consiste em transferências financeiras diretas para o Tesouro Nacional do país parceiro, alinhadas com o diálogo político. Através destes recursos concedidos ao orçamento nacional pretende-se fomentar a apropriação das políticas e reformas promotoras de desenvolvimento pelos países parceiros.



Os fundos transferidos anualmente para o Tesouro Nacional de Cabo Verde são fungíveis e visam incrementar os recursos do Estado cabo-verdiano, aumentando o seu orçamento de acordo com os seus próprios procedimentos. Além dos recursos financeiros disponibilizados, o pacote integral do Apoio Orçamental compreende elementos não financeiros, tais como o diálogo político, a condicionalidade, bem como a assistência técnica e o reforço das capacidades institucionais. Deste modo, ao contribuir para o orçamento do Estado, o Apoio Orçamental promove também a capacitação das autoridades e incentiva a implementação das suas estratégias de redução da pobreza.



Reunião de debriefing - GAO, 18 de Julho de 2016 – Ministério das Finanças, cidade da Praia



APOIO ORÇAMENTAL EM CABO VERDE

Atualmente, o Apoio Orçamental em Cabo Verde, enquadrado no [Acordo de Cotonou](#) de 2000, corresponde a um montante equivalente a 50 milhões de euros e é financiado pelo 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), referente ao período 2016-2020.

O pacote de Apoio Orçamental atual é direcionado para duas áreas principais de intervenção :

- Apoio ao Desenvolvimento e Luta Contra a Pobreza (30 milhões de euros)
- Reforço da Parceria Especial entre a UE e Cabo Verde (20 milhões de euros)

O programa de Apoio Orçamental tem como objetivo fundamental reforçar a competitividade do país e contribuir para a criação de condições que permitam a atração de investimentos para Cabo Verde.

Os objetivos do 11º FED vão ao encontro das metas estabelecidas pelo Governo de Cabo Verde no Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, assim como no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, que se projeta no horizonte de 2030.¹

O Acordo de Cotonou (2000) constitui o principal instrumento de ajuda da UE para Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Trata-se da base para a assinatura dos programas nacionais e regionais de cooperação nos países ACP, denominados respetivamente por Programas Indicativos Nacionais (PIN) e Programas Indicativos Regionais (PIR). As atividades ou projetos de cooperação que são identificados durante a fase de conceção desses programas beneficiam de subvenções programáveis do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). O FED é constituído pelo conjunto de contribuições dos Estados membros da União Europeia destinado ao financiamento dos programas nacionais e regionais.

¹ Ver mais sobre a Estratégia na página 16





Assinatura do pacote de Apoio Orçamental de 50 milhões de euros, em Bruxelas



GRUPO DE APOIO ORÇAMENTAL

Nos últimos anos, para além da Comissão Europeia, alguns Estados–membros da UE representados em Cabo Verde (Espanha², Luxemburgo, Portugal), assim como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Mundial (BM), têm disponibilizado uma parte da sua ajuda sob a forma de Apoio Orçamental. Este grupo de parceiros, denominado Grupo de Apoio Orçamental (GAO), organiza anualmente reuniões de seguimento em conjunto com os representantes do Governo cabo-verdiano com o objetivo de proceder à avaliação e monitoramento do desempenho do país em áreas preestabelecidas. Estes encontros constituem, igualmente, um espaço de diálogo privilegiado sobre as referidas políticas.

As ajudas dos parceiros europeus (atualmente União Europeia, Luxemburgo e Portugal) são donativos, enquanto os restantes parceiros (Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento) concedem empréstimos concessionais³.



² A partir de 2016, Espanha termina a disponibilização dos seus fundos através do Apoio Orçamental.

³ Forma de financiamento a países em desenvolvimento praticada por bancos multinacionais de desenvolvimento afiliados ao Banco Mundial. Trata-se de empréstimos concedidos sem juros ou a uma taxa inferior à do mercado, com longos períodos de amortização que chegam a ser, em alguns casos, superior a 50 anos.



Luxemburgo

A Cooperação entre o Grão-Ducado do Luxemburgo e a República de Cabo Verde está enquadrada no Programa Indicativo de Cooperação 2016-2020 (PIC IV), assinado em 2015 pelos dois países.

O PIC IV prevê um apoio ao Governo cabo-verdiano de cerca de 45 milhões de euros e concentra-se em três eixos, isto é, três setores de desenvolvimento considerados prioritários, tendo cada setor, pelo menos, um projeto de cooperação em curso.

As áreas de eleição do PIC IV incluem o setor da Água e Saneamento (cerca de 9 milhões de euros), das Energias Renováveis (cerca de 4,5 milhões de euros) e o setor do Emprego e Empregabilidade. Para este último prevê-se um Apoio Orçamental Setorial na ordem dos 10 milhões de euros, de um total de cerca de 25 milhões de euros previstos para o setor.

O novo Programa coloca ainda à disposição de Cabo Verde **i**) um fundo para apoiar o processo de descentralização do país (com cerca de 3,5 milhões de euros); **ii**) um fundo de estudos e assistência técnica para apoiar os setores-chave de desenvolvimento (com cerca de 2,5 milhões de euros); e **iii**) um fundo de diversificação das relações bilaterais para facilitar o desenvolvimento dos laços económicos e comerciais entre os dois países (com cerca de 2,2 milhões de euros). Finalmente, importa destacar que o PIC IV tem uma componente multilateral, que representa 10% do financiamento total, e que financiará um programa de Apoio ao Desenvolvimento Local, implementado pelo PNUD, e outro de Emprego, Empregabilidade e Inserção implementado pela OIT.

Portugal

No quadro da parceria estratégica que os dois países mantêm, Portugal e Cabo Verde partilham uma relação de cooperação longa, muito profícua e dinâmica que se estende a todos os domínios e dimensões da governação.

Assim, e no cumprimento da vontade política comum formalizada no Memorando de Entendimento assinado em janeiro de 2016, acordaram os dois Governos que o Programa Estratégico de Cooperação a desenvolver no quadriénio 2016/2020 deverá privilegiar o aprofundamento e a consolidação da intervenção portuguesa em Cabo Verde nos domínios da Educação, da Cultura, da Saúde, da Segurança e da Justiça, do Ambiente e da Energia. Portugal assumiu a intenção plena de permanecer como membro ativo do Grupo de Apoio Orçamental a Cabo Verde, que integra desde 2008, bem como o interesse em continuar a liderar, pelo lado dos Parceiros, a discussão sobre a problemática da Segurança.

O Programa Estratégico de Cooperação 2016/2020 foi assinado por ocasião da IV Cimeira Luso-Cabo-verdiana na Cidade de Praia em fevereiro de 2017.



QUAL É A RELAÇÃO ENTRE A PARCERIA ESPECIAL E O APOIO ORÇAMENTAL?

Uma das singularidades do relacionamento entre Cabo Verde e a União Europeia é a **Parceria Especial**.⁴ Adotada em Novembro de 2007, é a única parceria deste tipo no continente africano e representa um instrumento inovador de cooperação, baseado no diálogo político. A Parceria ultrapassa a mera relação de doador-beneficiário e responde assim a interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento, sendo definida por seis pilares temáticos: **Boa Governação, Segurança e Estabilidade, Integração Regional, Convergência Técnica e Normativa, Sociedade do Conhecimento e Luta Contra a Pobreza e Desenvolvimento**.

O Apoio Orçamental é fundamental para a materialização desta Parceria, uma vez que permite o financiamento dos seus vários pilares, por exemplo através do Reforço Institucional.

A Parceria consiste, além do diálogo permanente em várias áreas temáticas, no seguimento efetivo de metas nacionais, medidas através de indicadores de tranches fixas e variáveis do Apoio Orçamental.⁵



Rua Pedonal, Santiago

⁴Para mais informações: http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/documents/brochura-ue_pt.swf

⁵Ver mais sobre a Parceria Especial na página 25



OBJETIVOS DO APOIO ORÇAMENTAL EM CABO VERDE

Cabo Verde beneficia, no âmbito do Apoio Orçamental, de um Contrato de Boa Governação e de Desenvolvimento, tendo em vista os seus avanços significativos em matéria de direitos e governação.

O objetivo geral deste contrato é apoiar os esforços do Governo de Cabo Verde para erradicar a pobreza, promover o crescimento sustentável e inclusivo e melhorar a governação democrática e económica. Os objetivos específicos são desenvolvidos com base na Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza de Cabo Verde e incluem:

- Promoção dos direitos humanos e dos valores democráticos;
- Melhoria da mobilização das receitas internas, reduzindo a dependência em relação à ajuda;
- Melhoria da gestão das finanças públicas e da estabilidade macro-económica;
- Fortalecimento dos mecanismos nacionais de controlo;
- Apoio a reformas mais amplas do setor público e económico;
- Melhoria da prestação de serviços públicos;
- Apoio ao crescimento sustentável e inclusivo.



Porto Novo, Santo Antão



MODALIDADES DE APOIO ORÇAMENTAL

A Comissão Europeia apresenta três programas no âmbito da sua política de Apoio Orçamental, dependendo das características da governação e das necessidades do país parceiro.

- **Contratos de Boa Governação e de Desenvolvimento**, que disponibilizam verbas para promover o desenvolvimento e reformas de políticas e estratégias nacionais, com enfoque no fortalecimento dos mecanismos de controlo do país, apoio às reformas macroeconómicas, combate à corrupção, entre outras medidas direcionadas à melhoria da governação (Cabo Verde);

- **Contratos de Reforma Setorial**, que promovem a realização de reformas setoriais e a melhoria da prestação de serviços;

- **Contratos de Consolidação do Estado**, que prestam Apoio Orçamental em situações de fragilidade ou transição. Através destes Programas procura-se assegurar o funcionamento das instituições vitais do Estado em situações de transição, bem como a prestação de serviços básicos à população;

Os Contratos de Boa Governação e de Reforma Setorial podem ser aplicados simultaneamente num país. Os Contratos de Consolidação do Estado não são geralmente combinados com outras formas de Apoio Orçamental, mas preparam o terreno para os outros dois tipos de contrato.



CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Para garantir que os recursos são bem utilizados e incentivar a melhoria dos sistemas de governação, a União Europeia estabelece um conjunto de critérios de elegibilidade, que devem ser cumpridos pelo país recetor no momento da aprovação do programa de Apoio Orçamental, assim como em cada período de desembolso das tranches fixas e variáveis:

- Uma política e uma estratégia de desenvolvimento ou de reforma bem definidas a nível nacional ou setorial;
- Um quadro macroeconómico estável;
- Uma boa gestão das finanças públicas ou um programa credível e relevante para melhorar essa gestão;
- Transparência e supervisão do orçamento (as informações orçamentais devem estar publicamente disponíveis).



Monte Cara, São Vicente



TRANSFORMANDO OBJETIVOS EM RESULTADOS

Os objetivos do Apoio Orçamental – **erradicação da pobreza, promoção do crescimento sustentável e boa governação** - são implementados a partir do apoio financeiro direto, apoio institucional e da assistência técnica, assim como através do diálogo político. Duas vezes por ano, o Grupo de Apoio Orçamental (GAO) reúne-se com os parceiros e representantes dos diferentes ministérios do Governo cabo-verdiano para avaliar os progressos em termos de políticas públicas, políticas macroeconómicas, gestão das finanças públicas, bem como de políticas setoriais e implementação da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza.

O Ordenador Nacional de Cabo Verde (Ministro das Finanças) e o seu substituto (Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades) coordenam a negociação do programa de Apoio Orçamental, que também conta com a consulta permanente e a coordenação dos ministérios setoriais.



Sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

O progresso é medido a partir de indicadores económicos e sociais que o Governo de Cabo Verde deve alcançar para receber o Apoio Orçamental por tranche e ano. Os indicadores são medidos anualmente e definem os resultados do país nas áreas preestabelecidas.



As transferências financeiras anuais do Apoio Orçamental são constituídas por tranches fixas e variáveis. As tranches fixas são baseadas nos critérios de elegibilidade, ligadas às medidas macroeconómicas, assim como às medidas relativas à transparência e à boa gestão das finanças públicas que garantam a rastreabilidade dos fundos recebidos pelo Apoio Orçamental.

Além de visar a melhoria do desempenho geral de Cabo Verde, através de indicadores baseados na sua Estratégia Nacional, o Apoio Orçamental prevê igualmente transferências financeiras através de tranches variáveis, que têm por base o desempenho por resultados e são calculadas a partir de indicadores económicos e sociais, como a taxa de redução do desemprego, a taxa de formação superior, e de indicadores de competitividade. As tranches variáveis pretendem incentivar o Governo de Cabo Verde a criar melhores condições económicas para atrair investimento e reduzir a sua dependência da ajuda ao desenvolvimento.



Cidade de Nova Sintra, Brava



O APOIO ORÇAMENTAL EM CABO VERDE



Plano Indicativo Nacional (2014 -2020)



REDUÇÃO DA POBREZA

No âmbito da Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza, a União Europeia apoia o Governo de Cabo Verde para alcançar um crescimento sustentável e inclusivo e contribuir para a redução da pobreza da população cabo-verdiana. Nesta área, a União Europeia tem apoiado alguns setores prioritários como a saúde, a educação, a água e o saneamento.

Globalmente, Cabo Verde tem registado avanços importantes no que tange aos índices de desenvolvimento humano. O país ocupa o topo dos rankings em África e a sua taxa de pobreza diminuiu em cerca de 25% durante a última década. ⁶

A atual Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) tem como objetivo afinar as políticas públicas para o crescimento e a redução da pobreza para o período 2012-2016 e é preparada pelo Governo cabo-verdiano, em ampla consulta com as partes interessadas e os parceiros de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e o FMI.

O documento descreve a situação macroeconómica, as políticas estruturais e sociais em favor do crescimento e da redução da pobreza, bem como as principais fontes e necessidades de financiamento externo do país.

No horizonte da Agenda 2030, está a ser formulado e elaborado o novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), que sucederá a Estratégia Nacional actual (DECRP III).

⁶ Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar (INE, 2007).



A saúde é um dos setores tradicionais do Apoio Orçamental e a área na qual Cabo Verde registou os progressos mais relevantes.

Na área da saúde infantil, a taxa de mortalidade em Cabo Verde baixou de 56 para 23,6 mortes por 1000 nados vivos entre 1990 e 2013.

Na área da saúde materna, o país conseguiu que 95 % dos partos fossem assistidos pelo menos por um profissional de saúde e que ocorressem em instalações hospitalares. Por outro lado, no presente aplicam-se em todos os hospitais centrais e regionais do arquipélago procedimentos padrão de cuidados obstétricos e neonatais. Devido aos avanços significativos em matéria de saúde sexual e reprodutiva, Cabo Verde tem a menor taxa de mortalidade materna de todos os países africanos, tendo registado em 2015, 42 mortes por 100 mil nascimentos.

Com estes indicadores, o país atingiu em 2015 os Objetivos 5 e 6 de Desenvolvimento do Milénio, relativos à redução da mortalidade infantil e à melhoria da saúde materna.

Atualmente, a União Europeia continua a apoiar e reforçar a capacidade de resposta dos hospitais do país, através do fornecimento de equipamentos para eventuais situações de epidemia e apoios institucionais concretos, tais como o apoio à informatização do Hospital Baptista de Sousa, que permitem aumentar a efetividade do sistema de saúde.

Este último visa a construção de uma rede informática para produção, tratamento e distribuição das informações sanitárias e de gestão do mesmo hospital, integrada na estratégia de infraestruturização dos Serviços do Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Água e Saneamento

No domínio da água e do saneamento, a UE investiu juntamente com o Governo cabo-verdiano na melhoria ao acesso das populações à água e ao saneamento, com ligações domiciliárias, melhoria na rede de distribuição, capacitação técnica e fornecimento de equipamentos de laboratório.

A UE financiou também a construção do Aterro Sanitário da Praia. O Governo procura atualmente uma forma de assegurar o funcionamento e a operacionalização sustentada desta importante infraestrutura.



Estação de Tratamento de Águas Residuais - ETAR (financiada pela UE) - Praia

GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS



A existência de um sistema eficaz de Gestão das Finanças Públicas, a sua transparência, a sua supervisão e o controlo externo são critérios de elegibilidade fundamentais para que seja concedido o Apoio Orçamental.

Nesse sentido, uma parte importante do Apoio Orçamental destina-se à ajuda ao Governo na Gestão das Finanças Públicas e na mobilização de recursos nacionais para consolidar obras de investimento público em Cabo Verde.

A UE apoia o Governo de Cabo Verde na boa gestão das suas finanças públicas através de Apoios Institucionais e da consolidação dos principais sistemas de controlo e transparência governamentais.

Neste contexto, a UE, para além de conceder Apoio Institucional, acompanha de perto o funcionamento do Tribunal de Contas, que desempenha um papel fundamental no sistema de supervisão e controlo das Finanças Públicas.



Baía do Porto Grande, São Vicente



Para além disso, visa apoiar os esforços do Governo para modernizar e tornar mais eficiente a sua Administração Pública, reforçar a Descentralização Administrativa e levar a cabo medidas no sentido de melhorar a função de regulador e fiscalizador do Estado.

Registam-se progressos em vários domínios, sendo de destacar, entre eles, o projeto do Sistema Nacional de Investimentos, cujo objetivo principal é melhorar a qualidade e a transparência do Investimento Público, bem como a reforma da gestão tributária, em particular no que diz respeito à simplificação de procedimentos, combate à fraude, evasão fiscal e reforço do quadro legal.

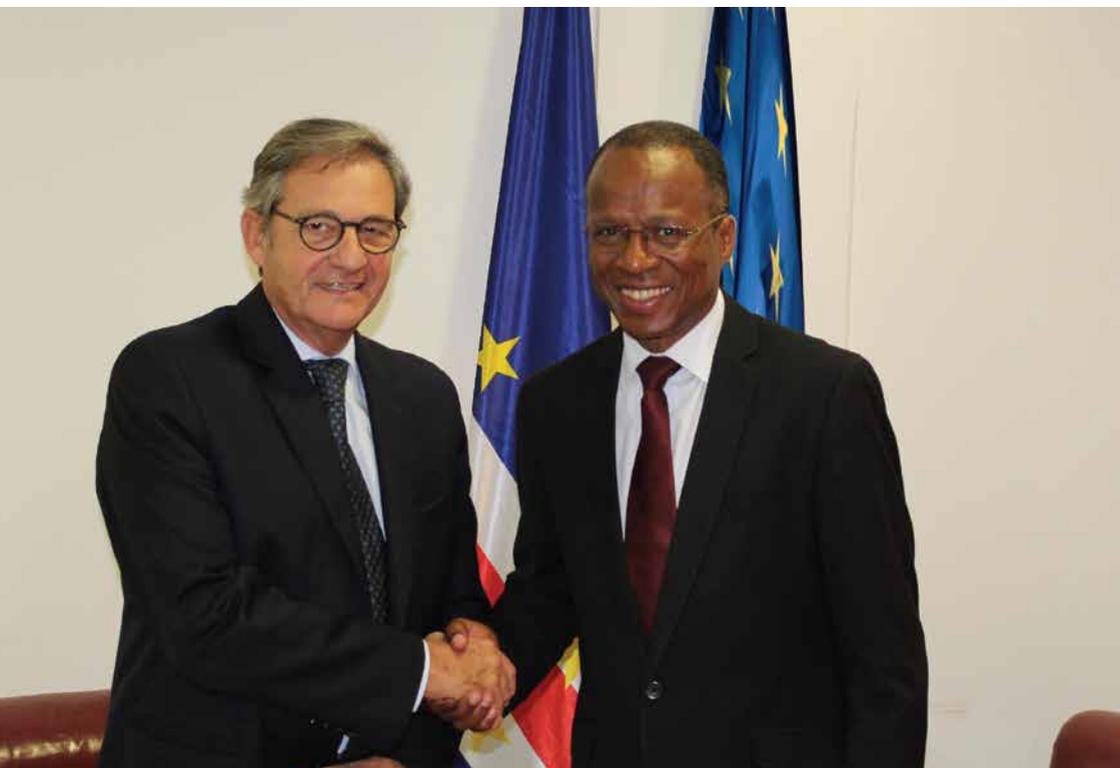
A fim de alcançar estas metas e atingir os objetivos da Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza em Cabo Verde, a mobilização de recursos externos é importante. A UE colabora com o Governo para reforçar a sua competitividade e atrair investimentos, melhorando o ambiente de negócios e combatendo os constrangimentos que impedem o crescimento durável e inclusivo e a criação de emprego.

Assim, no âmbito da elaboração do próximo Plano de Ação para a Gestão das Finanças Públicas em Cabo Verde (2016-2020), teve lugar o exercício PEFA 2015 (Public Expenditure and Financial Accountability), sob a coordenação do Ministério das Finanças e do Planeamento, com o apoio dos parceiros do Grupo de Apoio Orçamental (GAO) e do FMI.

A referida avaliação, financiada pela UE, visou, mais concretamente, fazer um diagnóstico da Gestão de Finanças Públicas (GFP) em Cabo Verde, progressos e desafios, através da recolha, revisão e análise do desempenho do Sistema de GFP no país. O exercício demonstra melhorias na gestão das finanças públicas em Cabo Verde – nomeadamente, na abrangência e transparência do orçamento, na formulação do orçamento com base em políticas, assim como na previsibilidade e no controlo da sua execução. Porém, continuam a existir algumas fragilidades em áreas que são essenciais para o desempenho eficaz do setor público.



PEFA (Public Expenditure and Financial Accountability) é uma ferramenta para avaliar o estado da gestão financeira pública. A avaliação PEFA fornece uma análise aprofundada, consistente e baseada em evidências do desempenho da gestão das finanças públicas durante um determinado período. A metodologia PEFA pode ser reaplicada em avaliações sucessivas para acompanhar as mudanças ao longo do tempo.



O Embaixador da UE em Cabo Verde, José Manuel Pinto Teixeira, e o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva

DIÁLOGO POLÍTICO



A UE vincula o Apoio Orçamental a um diálogo constante com o Governo cabo-verdiano, o qual incide sobre temas importantes como a boa governação, o respeito pelos direitos humanos e a gestão das finanças e reformas públicas. Estes intercâmbios incluem uma avaliação regular dos resultados no âmbito da Redução da Pobreza e do Desenvolvimento Sustentável. O diálogo faz-se a diferentes níveis.

A nível político, os parceiros do Apoio Orçamental⁷ organizam reuniões de seguimento em conjunto com os representantes do Governo de Cabo Verde a fim de dialogar sobre as políticas públicas a seguir e avaliar o desempenho do país a partir de indicadores fixos e variáveis.

Paralelamente a estas reuniões, tem lugar um diálogo contínuo de política setorial com a Administração cabo-verdiana por meio dos grupos temáticos permanentes que foram criados, nomeadamente nos setores da água e saneamento e da formação profissional.

A nível da **Parceria Especial**, o Governo cabo-verdiano criou um Secretariado Executivo no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (MNEC) como mecanismo de concertação para o acompanhamento da implementação dos pilares da Parceria.

Além do seguimento a nível local pelo Secretariado, existem três níveis de diálogo, que reforçam a Parceria e as relações bilaterais entre a UE e Cabo Verde.

⁷ (UE, Estados-membros, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento).

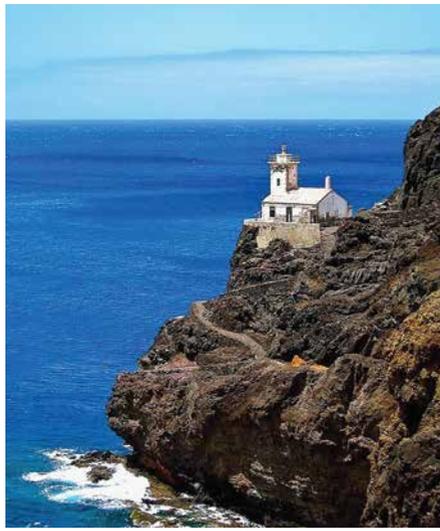


- O Grupo Local de Seguimento (GLS), encarregue de seguir o diálogo político e monitorizar a implementação da Parceria, é composto, por um lado, pelos Chefes de Missão dos Estados Membros da União Europeia e da Delegação da UE, e por outro lado, pela Administração cabo-verdiana. Reúne-se regularmente em Cabo Verde sob proposta das partes.

- O Grupo Técnico de Seguimento (GTS), composto pelos representantes do Governo cabo-verdiano e da UE e seus Estados-membros, reúne-se anualmente em Bruxelas. O GTS é responsável pela sensibilização e mobilização dos diversos serviços técnicos chamados a cooperar na implementação dos pilares. O Grupo Técnico de Seguimento (GTS) revê o conjunto das atividades em curso e prepara a reunião ministerial.

- A nível ministerial, a UE e Cabo Verde reúnem-se uma vez por ano e com alternância em Cabo Verde e na sede da União Europeia, em Bruxelas, num encontro de diálogo para rever a agenda bilateral em matéria política, económica, social e de cooperação.





HOME



PARCERIA ESPECIAL



A União Europeia e Cabo Verde estabeleceram desde 2007 uma Parceria Especial baseada na partilha de valores comuns, nomeadamente a democracia, o respeito pelos direitos humanos, o estado de direito e a boa governação.

A Parceria Especial UE/Cabo Verde assenta no Acordo de Cotonou e pretende aprofundar e alargar a cooperação entre ambas as partes, explorando novas abordagens de relacionamento, que permitem definir um novo modelo de cooperação UE/Cabo Verde. Neste sentido, foi dada resposta ao desejo de Cabo Verde de ultrapassar o quadro das relações existentes, e de colocá-las num novo patamar para alcançar um grau de cooperação significativamente maior.

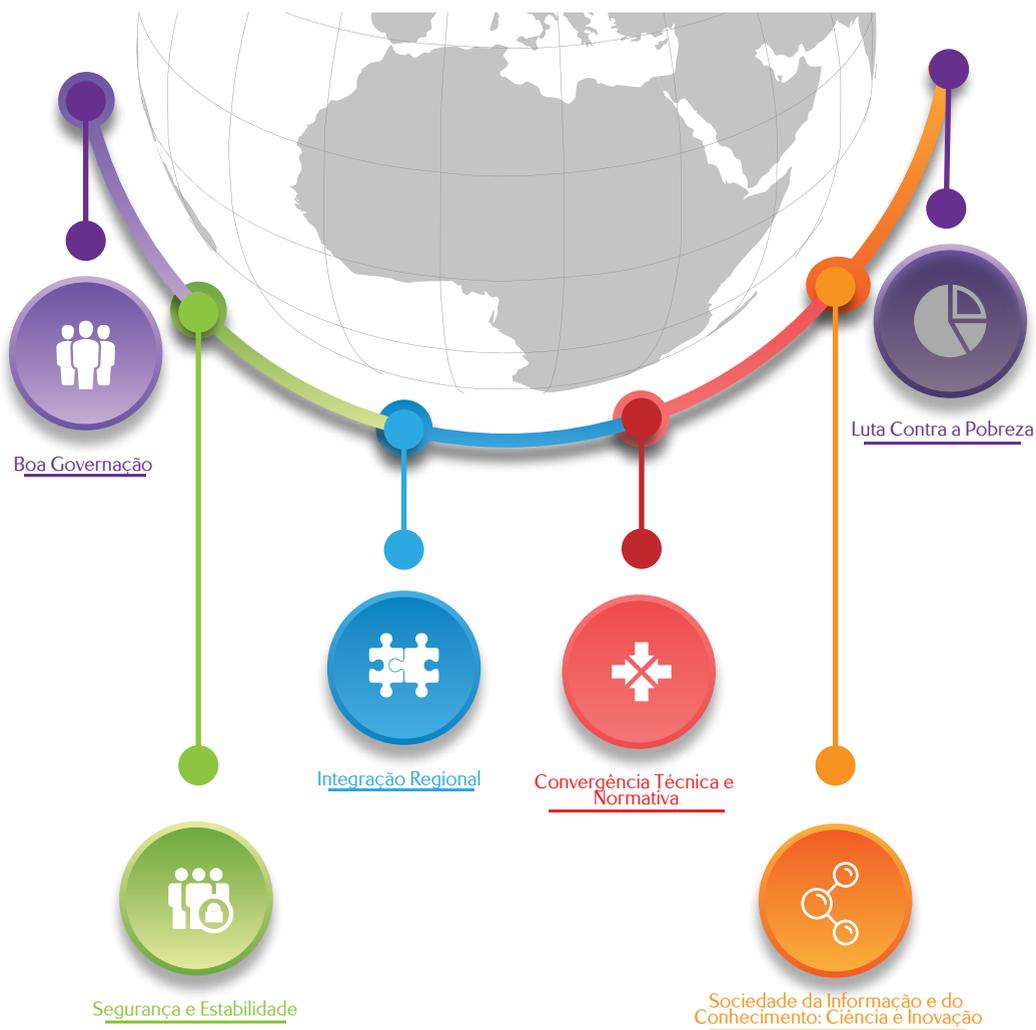
Assim, além dos objetivos de Cotonou, a Parceria compreende um diálogo regular sobre questões políticas de interesse para ambas as partes e permite o exame de novos desafios comuns, a fim de se encontrar respostas conjuntas.

A Parceria é constituída por seis pilares temáticos, cada um com prioridades claramente definidas e acompanhadas por planos de ação:

- Boa Governação
- Segurança e Estabilidade
- Integração Regional
- Convergência Técnica e Normativa
- Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Luta contra a Pobreza e Desenvolvimento



OS PILARES DA PARCERIA ESPECIAL





BOA GOVERNAÇÃO

O reforço das relações entre a União Europeia e Cabo Verde, a partir da Parceria Especial, é a prova dos ganhos da boa governação que o país tem registado.

No âmbito do apoio à boa governação, atenção especial é dedicada à consolidação e ao aprofundamento da democracia, do Estado de direito e da participação da sociedade civil na vida política de Cabo Verde, bem como ao reforço do diálogo político e da cooperação. Futuramente, será dada maior ênfase ao reforço das capacidades da Administração Pública, nomeadamente no domínio estatístico, na prossecução das iniciativas destinadas a melhorar o quadro empresarial, na governação no domínio social e na boa gestão dos recursos naturais.



Santa Maria, Sal



SEGURANÇA E ESTABILIDADE

O pilar da segurança e estabilidade abrange a cooperação e a luta contra a criminalidade organizada transnacional (tráfico ilegal de drogas, armas e pessoas, terrorismo e branqueamento de capital) e promove a gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo a melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país (remessas dos emigrantes) e a luta contra os fluxos ilegais a partir da cooperação na segurança marítima. Para a concretização deste pilar, desde 2008 existe a Parceria para a Mobilidade, primeiro exemplo de cooperação deste tipo entre a UE e um estado africano. Esta Parceria contempla iniciativas concretas de ambas as partes e inclui dois acordos em vigor sobre a facilitação da emissão de vistos e a readmissão de pessoas.





INTEGRAÇÃO REGIONAL

A integração regional de Cabo Verde é fundamental para o seu desenvolvimento económico e o combate ao crime organizado transnacional.

A integração de Cabo Verde nas Regiões Ultraperiféricas da Macaronésia tem sido fortalecida em consonância com uma política de "vizinhança alargada" através do estabelecimento de programas conjuntos de segurança, vigilância e controlo entre África, Europa e a região Macaronésia (Madeira, Açores, Canárias). No âmbito de um primeiro convite à apresentação de propostas do programa atual de MAC-FEDER 2014-2020, Cabo Verde participa com 42 projetos e é assim o parceiro mais importante entre os países terceiros da região da Macaronésia.

Cabo Verde beneficia desde 1992 do programa de cooperação regional UE-PALOP que inclui os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e desde 2007, Timor-Leste. Em 2017, a parceria PALOP-TL com a UE comemora 25 anos de existência.

A UE pretende igualmente acompanhar a integração de Cabo Verde na África Ocidental, nomeadamente na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), dando atenção ao reconhecimento das características específicas de Cabo Verde através da negociação do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a UE e a organização regional. Neste contexto, Cabo Verde tem acesso a fundos no quadro dos Programas Indicativos Regionais (PIR) do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para a África Ocidental.

Desde o início de 2012, o país beneficia também de facilidades para exportar para a UE livre de quotas e tarifas, no quadro do Sistema de Preferências Generalizadas melhorado (SPG+).



CONVERGÊNCIA TÉCNICA E NORMATIVA

A convergência de políticas em matéria técnica e normativa procura facilitar a aproximação às normas da UE e tirar benefícios das vantagens comparativas de Cabo Verde com vista ao seu desenvolvimento económico e a sua proximidade à Europa.

Na sequência de um estudo realizado em 2011 foram identificados alguns setores prioritários para a convergência, entre os quais se encontram os produtos alimentares, os produtos farmacêuticos biocidas e o controlo de qualidade. Neste quadro, a União Europeia apoia a Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA) e o Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual (IGQPI) através de formações nas áreas de inspeção sanitária e de controlo de qualidade, e também, por meio do fornecimento de equipamentos e da promoção de parcerias com entidades europeias.

Desde 2016, a energia é mais um dos setores de intervenção em matéria de Convergência Técnica e Normativa.





SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Este pilar destina-se a promover a evolução do país para uma "sociedade do conhecimento". Atribui-se prioridade ao desenvolvimento económico, social e cultural, nomeadamente nas áreas de educação, investigação e apropriação/desenvolvimento das tecnologias de informação.

No quadro do maior programa de investigação e inovação da UE "Horizonte 2020", Cabo Verde beneficia atualmente de 35 projetos nas áreas de segurança alimentar, ambiente e mudanças climáticas, entre outros.

Relativamente ao ensino superior, Cabo Verde tem acesso a programas universitários europeus de mobilidade como o ERASMUS+ (Programa Europeu para a Educação, Formação, Juventude e Desporto).

Estes programas representam um apoio de grande importância para se atingir os objetivos principais deste pilar no domínio da Educação Superior e Investigação, nomeadamente, a qualidade e a equivalência dos diplomas e a mobilidade de alunos, professores e pessoal académico entre Cabo Verde e a UE.





LUTA CONTRA A POBREZA

A componente "luta contra a pobreza" é financiada sobretudo pelo programa de Apoio Orçamental da UE e contribui para realizar os objetivos do Governo de Cabo Verde no âmbito do seu documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP).

Aqui destaca-se o apoio da UE aos setores estratégicos da água e saneamento, saúde, educação e formação profissional, construção de infra-estruturas, assim como aos transportes, energia, proteção do ambiente, agro-negócio, turismo e pesca, que têm um impacto real na qualidade de vida da população.



APOIO COMPLEMENTAR - APOIO INSTITUCIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os programas do Apoio Orçamental da UE proporcionam envelopes financeiros destinados ao Apoio Institucional e à Assistência Técnica com vista a reforçar as capacidades técnicas e operacionais das instituições públicas em setores prioritários.

Os apoios complementares em termos de reforço de capacidades institucionais e técnicas são fundamentais para aumentar a eficácia do Apoio Orçamental. Estes apoios visam fortalecer os sistemas dos países parceiros e criar condições favoráveis para os desembolsos anuais. Neste âmbito, o apoio técnico e institucional contribui para a boa governação e aumenta, através da melhoria destas capacidades, a eficácia de todo o pacote de Apoio Orçamental.

No quadro do programa atual de Apoio Orçamental (2016-2020), um apoio complementar de 5 milhões de euros é destinado ao reforço das capacidades de instituições nos diferentes domínios do setor público em Cabo Verde.

Entre os vários apoios realizados destacam-se os seguintes:

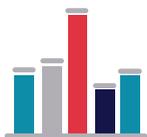


APOIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

O Tribunal de Contas, enquanto instituição fundamental para a garantia da transparência e a prestação interna de contas, beneficia de um financiamento da UE para promover uma melhoria institucional geral. Aumentando significativamente a sua eficácia, o Tribunal de Contas continua a registar progressos no seu funcionamento e no desenvolvimento das capacidades da instituição e dos seus funcionários.

As verbas são destinadas a reformas que passam pela revisão dos manuais de procedimento, elaboração do plano estratégico e operacional, revisão legislativa, investimento nas tecnologias de informação e comunicação, formação de técnicos e investimento em equipamentos. O objetivo é melhorar a transparência e o controlo das finanças públicas e impedir a corrupção a nível governamental.





APOIO AO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE)

A União Europeia reconhece o papel crucial da informação para a tomada de decisões e o planeamento de políticas públicas. Neste sentido, tem apoiado de forma contínua o reforço da capacidade técnica e institucional do INE, permitindo-lhe assim dar um salto qualitativo, no sentido de criar todas as condições para que cumpra plenamente a sua missão e as metas definidas pela Estratégia Nacional de Crescimento e de Redução da Pobreza.



APOIO À DIREÇÃO NACIONAL DO PLANEAMENTO (DNP)

A DNP recebeu várias missões de assistência técnica e beneficia atualmente de um Apoio Institucional que visa reforçar a sua capacidade técnica e institucional na implementação do Sistema Nacional do Planeamento (SNP), a fim de melhorar a qualidade dos processos e procedimentos definidos na Lei de Bases do SNP.

Este apoio tem sido essencial tanto na elaboração da Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza, na sua avaliação, bem como para assegurar que a DNP está devidamente preparada para elaborar e implementar o próximo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável.

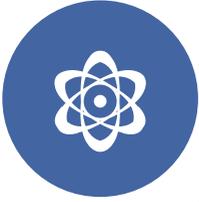




PROJETO SYDONIA WORLD

No domínio aduaneiro foram feitos investimentos na modernização dos serviços, particularmente na melhoria do controlo e da qualidade com a adoção, em 2015, da plataforma Sydonia World. Com este projeto, a União Europeia pretende contribuir para o aumento da competitividade económica de Cabo Verde a nível regional e internacional, através da redução do tempo do processamento dos dossiers alfandegários, e da simplificação dos procedimentos.





APOIO AO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL EM CABO VERDE

Através do Apoio Institucional, a UE financia o programa de atividades do Centro Socioeducativo "Orlando Pantera".

O centro promove programas de reinserção social de jovens envolvidos na criminalidade e visa contribuir para a prevenção da violência juvenil e a proteção dos direitos das crianças durante os processos de justiça criminal. Foram realizadas formações no âmbito da iniciativa "Intervenção Tutelar Socioeducativa", no sentido de preparar os técnicos do Centro "Orlando Pantera" para uma nova abordagem em áreas como a resolução de conflitos e práticas restaurativas utilizadas na justiça juvenil.

O apoio da UE nesta área continua através do projeto de Reforço do Sistema Juvenil em Cabo Verde, que tem como objetivo promover um sistema de justiça juvenil compatível com as normas internacionais e conducentes à redução da criminalidade juvenil. O projeto financiado pela UE é implementado pelo Escritório das Nações Unidas para as Drogas e Criminalidade (UNODC).



Centro Socioeducativo Orlando Pantera

APOIO ORÇAMENTAL EXTRAORDINÁRIO

Em 2014, a UE disponibilizou através de um Apoio Orçamental extraordinário, o montante de 3 milhões de euros para o processo de reconstrução e reassentamento na ilha do Fogo, depois da erupção vulcânica.

Em 2015, Cabo Verde recebeu igualmente um apoio no montante de 1 250 000 euros para o reforço da sua resiliência relativamente às consequências da seca e das alterações climáticas, através da promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento rural sustentável.

Em 2017, a UE formalizou um acordo de financiamento de 7 milhões de euros para apoiar a reabilitação das infraestruturas danificadas pelas fortes chuvas na ilha de Santo Antão.



Fajã D'Água, Brava



"APOIO PÓS-DESASTRE: O CASO DA ILHA DO FOGO"

Em dezembro de 2014, um mês após as erupções vulcânicas na ilha do Fogo, a União Europeia aprovou um desembolso de 3 milhões de euros para o Governo de Cabo Verde, destinado à reconstrução e ao reassentamento da comunidade de Chã das Caldeiras.

Em Abril de 2015, após a pronta mobilização dos fundos, a UE também enviou dois peritos para participar na Avaliação das Necessidades Pós-Desastres (ANPD) realizada conjuntamente pela União Europeia, o PNUD e o Banco Mundial. Os peritos da UE juntaram-se a uma equipa de especialistas, tendo desempenhado tanto o papel de liderar a formação metodológica ministrada aos agentes do governo nacional e às autoridades locais que participaram no exercício, como o de supervisionar a fase de implementação, incluindo a recolha de dados e visitas de campo.

A cooperação entre a UE, o PNUD e o Banco Mundial em processos de recuperação pós-desastre decorre de uma Declaração Conjunta na Avaliação e Planeamento de Recuperação Pós-Crise assinada pelas partes em 2008. O objetivo da Declaração Conjunta é o de mobilizar instituições e recursos para coordenar estruturas de resposta pós- crise de modo a aumentar a resiliência dos países afetados.

Casas reabilitadas em Monte Grande e Achada Furna através do apoio da UE



APOIO EXTRAORDINÁRIO À RECONSTRUÇÃO DA ILHA DE SANTO ANTÃO

Em setembro de 2016, chuvas torrenciais afetaram toda a população da ilha de Santo Antão e, apesar de não terem deixado deslocados, danificaram infraestruturas rodoviárias e hidráulicas, provocando danos significativos à agricultura e ao turismo da ilha.

Em novembro de 2016 uma missão, composta pelo Presidente da Assembleia Nacional, Jorge Santos, acompanhado pelo Embaixador da UE em Cabo Verde, José Manuel Pinto Teixeira, deslocou-se a Santo Antão para observar os danos causados e avaliar a disponibilização de um apoio direto da UE com o objetivo de ajudar na reabilitação.

Após esta missão, a Comissão Europeia aprovou um apoio de 7 milhões de euros no âmbito do Apoio Orçamental extraordinário.

A fim de socializar esta ajuda da UE junto das autoridades locais e da população, o Primeiro-Ministro, Ulisses Correia e Silva, e a sua delegação deslocaram-se a Santo Antão em dezembro de 2016, acompanhados pelo Embaixador da UE, José Manuel Pinto Teixeira. Durante esta última missão, os membros do Governo e autarcas de Santo Antão acertaram as metodologias e o calendário para efetuar as obras de reabilitação, cujo início está previsto para 2017.



OS DESAFIOS PARA O FUTURO (11º FED)

METAS E DESAFIOS DE CABO VERDE PARA O 11º FED

- Melhorar a competitividade da economia e o ambiente de negócios.
- Diversificar a atividade económica para além do turismo e das pescas.
- Abordar os problemas de desemprego e criminalidade juvenil e da desigualdade socioeconómica.
- Confrontar os desafios macroeconómicos devidos aos elevados níveis da dívida pública e do défice orçamental.
- Melhorar a capacidade de resistência e resposta do país aos efeitos das alterações climáticas.
- Promover o envolvimento das organizações do setor privado e da sociedade civil no diálogo político, social e económico.
- Reforçar as capacidades de resposta a novas ameaças, tais como o Zika.
- Assegurar um sistema de saúde e de proteção social sustentáveis.
- Construir parcerias regionais.



MEMBROS DO GRUPO DE APOIO ORÇAMENTAL (GAO)

- Banco Africano de Desenvolvimento
www.afdb.org/en
- Banco Mundial
www.worldbank.org
- Luxemburgo
<http://www.gouvernement.lu/3313509/minist-affaires-etrangeres-europeennes>
- Portugal
<https://www.praia.embaixadaportugal.mne.pt/pt/>
- União Europeia
http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/index_pt.htm

PARCEIROS NACIONAIS DO GRUPO DE APOIO ORÇAMENTAL (GAO)

- Governo de Cabo Verde:
www.governo.cv
- Banco de Cabo Verde
- Instituto Nacional de Estatística (INE)
www.ine.cv
- Ministério da Agricultura e do Ambiente
- Ministério da Administração Interna
- Ministério da Defesa
- Ministério da Economia e do Emprego
- Ministério das Finanças e Administração Pública
- Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
- Ministério da Justiça e do Trabalho
- Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades
- Ministério da Saúde e Segurança Social
- Tribunal de Contas

HOME



© Delegação da União Europeia em Cabo Verde
📍 Rua do Rotary Internacional, Prainha
☎ (+238) 262 13 92/93/94
f www.facebook.com/eudelegationcv/
t @EUinCapeVerde
https://eeas.europa.eu/delegations/cape-verde_pt
@ www.instagram.com/euincapeverde/